



PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA INÊS

PROVA OBJETIVA – CONCURSO PÚBLICO

CADERNO DE QUESTÕES

FISCAL DE TRIBUTOS

ORIENTAÇÕES: LEIA COM ATENÇÃO!

1. Antes de iniciar a prova, o candidato deverá assinar o Cartão Resposta no local indicado, sob pena de eliminação no concurso público.

2. O CANDIDATO DEVERÁ TRANSCREVER A FRASE A SEGUIR NO LOCAL INDICADO NO CARTÃO RESPOSTA, SOB PENA DE ELIMINAÇÃO NO CONCURSO PÚBLICO:

O esforço de hoje é a sua recompensa de amanhã.

3. O candidato recebeu este caderno de questões contendo 40 questões.

4. Após a autorização para início da prova, o candidato deverá fazer a conferência do caderno de questões, buscando verificar se possui a quantidade de questões previstas no edital de abertura de inscrições.

5. Caso a prova esteja com alguma falha relacionada a impressão, o candidato deverá solicitar uma nova prova para o Fiscal de Sala.

6. Não é permitida a comunicação entre os candidatos. É proibida também a utilização de qualquer tipo de equipamentos eletrônicos.

7. O tempo mínimo de permanência do candidato na sala de prova é de 01 (uma) hora após seu início. Porém, não poderá levar consigo o caderno de prova e nenhum tipo de anotação de suas respostas. Os candidatos poderão deixar o seu local de prova levando consigo o caderno de provas somente depois de decorrido o tempo de 2 (duas) horas de realização da prova. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em virtude do afastamento de candidato da sala de provas.

8. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao

conteúdo das provas. Não dobre, amasse ou escreva em seu Cartão de Resposta, apenas confira seus dados, leia as instruções com atenção para seu preenchimento e assine no local indicado, pois em hipótese alguma ele será substituído.

9. Será de inteira responsabilidade do candidato os prejuízos advindos do preenchimento indevido do Cartão Resposta. Serão consideradas marcações indevidas as que estiverem em desacordo com o Cartão Resposta tais como: marcação de dois ou mais campos referentes a um mesmo item, ausência de marcação nos campos referentes a um mesmo item, marcação rasurada ou emendada e/ou campo de marcação não preenchido integralmente.

10. Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras (A), (B), (C), (D) e (E); só uma responde adequadamente ao quesito proposto. O candidato só deve assinalar **UMA** letra no Cartão de Resposta, preenchendo todo o espaço compreendido pelos círculos, **com caneta esferográfica de tinta azul ou preta**, fabricada em material transparente, de forma contínua e densa. A leitura óptica do Cartão de Resposta é sensível a marcas escuras; portanto, os campos de marcação devem ser preenchidos completamente, sem deixar claros. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

11. O gabarito desta prova estará disponível na página oficial do concurso público no site da instituição, dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

12. O candidato poderá interpor recurso contra as questões desta prova dentro do prazo previsto no cronograma de atividades.

13. Toda e qualquer anormalidade acontecida durante a realização das provas, o candidato deverá solicitar ao fiscal de sala que faça a observação na respectiva ata.

NOME DO CANDIDATO

CPF DO CANDIDATO

NÚMERO DE INSCRIÇÃO

**AGUARDE A AUTORIZAÇÃO DO FISCAL PARA ABRIR ESTE
CADERNO DE QUESTÕES**



LÍNGUA PORTUGUESA

TEXTO I

**Tudo o que não puder contar, não faça:
integridade é não agir errado mesmo sozinho**

Immanuel Kant, famoso filósofo alemão do século 18, dizia: “Tudo o que não puder contar como faz, não faça!”. Ao jogarmos um simples papelzinho pela janela não temos consciência alguma de que não se trata apenas de um simples papelzinho. O que está por trás disso é absolutamente sério. O que estamos fazendo conosco, com o meio em que vivemos e com o mundo? Há que se dizer que culpar terceiros sempre nos traz alívio.

Mas não é um simples papelzinho... Se jogarmos três ao dia, serão quatorze por semana, e se milhões de pessoas de todo o mundo jogarem três míseros papéis por dia? Um dos maiores responsáveis por alagamentos nas cidades é o lixo, acarreta entupimento de bueiros e canalizações, levando a dispersar doenças e incômodo à população em geral.

O âmago desta questão é a consciência. Nos dias de hoje coletamos informações prontas e não levamos questões reflexivas ao cotidiano agitado e quase atropelado pelo que não nos afeta tanto por enquanto.

O que seremos no futuro? Seremos seres abastecidos virtualmente, mas submergidos no lixo? A grande preocupação é que a realidade virtual se sobreponha à realidade real!

A vida no planeta como a conhecemos acabará de forma dramática, e somente através desse processo de conscientização poderemos garantir a sustentabilidade ambiental. Sustentabilidade: “Pensar globalmente, agir localmente”. Não é um simples papelzinho. É questão de educação, caráter, reflexão!

(Mario Sergio Cortella. <http://mariosergiocortella.com>. Adaptado)

01. A partir da opinião do autor, infere-se corretamente do texto que

- a) Pensar em fazer algo é mais importante do que agir, por isso o homem deve pôr em segundo plano o discurso da sustentabilidade.
- b) As informações obtidas no meio virtual devem ser ignoradas, devendo o homem buscar amparo comportamental na Filosofia.
- c) O fim da realidade virtual garantirá a sustentabilidade ambiental, uma vez que se esgotará a exploração de recursos da natureza.
- d) O principal papel de cada indivíduo é saber escolher governantes os quais estejam mais alinhados com a causa da sustentabilidade.
- e) O homem deve refletir melhor sobre suas atitudes cotidianas a fim de evitar efeitos nocivos ao meio onde vive.

02. “Nos dias de hoje coletamos informações prontas e não levamos questões reflexivas ao cotidiano agitado e quase atropelado pelo que não nos afeta tanto por enquanto”. (3º par.) Pela leitura do texto, pode-se inferir que a crítica do autor quanto ao modo como a sociedade enxerga a si mesma e o tema do meio ambiente tem como causa:

- a) a falta de análise crítica sobre o passado.
- b) o imediatismo das ações agitadas do cotidiano.
- c) o determinismo pessimista quanto ao futuro.
- d) a ausência de tempo para analisar as reflexivas informações coletadas na rede digital.

e) a escassez de acesso a informações coletadas de forma pronta e instantânea.

03. Leia as afirmações abaixo antes de julgar o que se pede:

I. O autor expôs um exemplo do cotidiano com o propósito de levar o leitor a uma reflexão profunda sobre comportamento, índole e discernimento.

II. O ser humano deve prescindir de atitudes conscientes relacionadas à sustentabilidade.

III. O descarte de um simples papel deve ser compreendido como ação trivial de conscientização a respeito da sustentabilidade.

IV. A condição de presente sobressai à preocupação futura do articulista quanto à existência humana.

Baseando-se nas afirmações acima, pode-se entender que se encontra correto o que é dito somente em:

- a) I.
- b) II.
- c) III e IV.
- d) II e III.
- e) I e IV.

04. “O âmago desta questão é a consciência.” (3º par.)

Pode-se dizer que os vocábulos em destaque no fragmento acima possuem respectivamente o mesmo sentido que aqueles presentes em:

- a) cerne – percepção.
- b) superficialidade – reflexão.
- c) âmbito – discernimento.
- d) embate – complacência
- e) referencial – indolência.

05. Leia cada afirmação abaixo antes de julgar o que se pede na sequência:

() Na passagem “*Tudo o que não puder contar como faz, não faça!*”. (1º par.), nota-se o isolamento de um termo deslocado na ordem direta.

() Em “*...de que não se trata apenas de um simples papelzinho.*” (1º par.), nota-se a presença de uma oração subordinada substantiva objetiva indireta que se inicia por uma preposição.

() Poder-se-ia utilizar um Pronome Relativo no segundo parágrafo a fim de tornar o fragmento coeso e gramaticalmente bem elaborado como aparece na sequência: “*Um dos maiores responsáveis por alagamentos nas cidades é o lixo, cujo acarreta entupimento de bueiros e canalizações...*” (2º par.).

() No fragmento “*A vida no planeta como a conhecemos acabará de forma dramática, e somente através desse processo de conscientização poderemos garantir a sustentabilidade ambiental.*” (5º par.), nota-se que o uso da vírgula foi mal-empregado, pois esta não deve existir antes da conjunção coordenativa “e”.

Considerando-se V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas, tem-se, pela ordem, a seguinte sequência.

- a) F – V – V – F.
- b) F – F – V – V.
- c) V – F – F – F.
- d) V – V – F – V.
- e) V – V – V – F.

06. Para a construção do sentido do texto, é necessário que se faça o bom uso de elementos coesivos tais quais pronomes e conjunções, bem como que se empreguem devidamente os sinais de pontuação. A partir disso, analise



abaixo as possibilidades de reescrita de fragmentos do texto I antes de julgar o que se pede.

- I- Integridade é não agir errado, mesmo sozinho. (título)
 II- O lixo acarreta entupimento de bueiros e canalizações, o que leva a dispersar doenças e incômodo à população em geral. (2º par.)
 III- Não levamos questões reflexivas ao cotidiano agitado, e quase atropelado pelo que não nos afeta tanto por enquanto. (3º par.)
 IV- Não é um simples papelzinho, mas sim questão de educação, caráter, reflexão! (5º par.)

Pode-se afirmar que está correta a reescrita de trechos do texto I somente em:

- I e II.
- III e IV.
- II e IV.
- I, II e IV.
- II, III e IV.

07. “Nos dias de hoje, coletamos informações prontas e não levamos questões reflexivas ao cotidiano agitado. (3º par.)

Pode-se dizer que o termo em destaque acima foi isolado no texto, pois

- se trata de um Aposto.
- se trata de um Adjunto Adverbial deslocado.
- se trata de um Adjunto Adnominal deslocado.
- se trata de um Adjunto Adverbial que se encontra na ordem direta.
- se trata de um Vocativo.

08. Assinale a alternativa que apresenta o verbo conjugado no modo subjuntivo, dando sequência correta à frase – Talvez ...

- ...podia haver uma maior consciência ambiental quanto ao tema.
- ...deve haver consciência ambiental por parte das pessoas quanto ao tema.
- ...exista consciência ambiental por parte das pessoas quanto ao tema.
- ...poderia haver consciência ambiental quanto ao tema.
- ...havia consciência ambiental por parte das pessoas quanto ao tema.

09. Leia: “Mas não é um simples papelzinho... Se jogarmos três ao dia, serão quatorze por semana, e se milhões de pessoas de todo o mundo jogarem três míseros papéis por dia?” (2º par.) Sobre o fragmento em destaque, analise as considerações abaixo antes de julgar o que se pede:

- I. Para a Norma Culta, o plural da primeira oração é “Mas não são só simples papezinhos”.
 II. Nota-se a presença de uma pergunta retórica em tom de conjectura.
 III. Na passagem “três míseros papéis”, nota-se a presença de palavras acentuadas por diferentes motivos com classificação gramatical distinta.
 IV. As expressões “ao dia” e “por dia” se valeram do uso de preposições diferentes e, por isso, possuem classificação gramatical distinta.

Pode-se dizer que está correto o que se afirmou apenas em:

- I e II.
- II e IV.
- I, III e IV.
- II, III e IV.
- I, II e III.

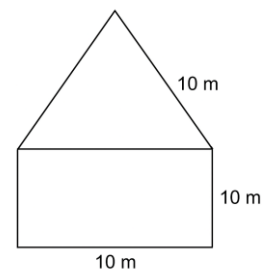
10. “O lixo acarreta entupimento de bueiros e canalizações, levando _____ dispersão de doenças e incômodo _____ pessoas em geral.”

A partir da análise correta da Crase, pode-se dizer que preenchem corretamente os espaços acima os elementos:

- à – à
- a – a
- a – à
- à – a
- à – as

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

11. Uma figura é composta por um quadrado de lado 10 metros, ao qual está acoplado um triângulo equilátero cuja base coincide com um dos lados do quadrado. Qual é a área total da figura, aproximadamente:



- 130,00 m²
- 143,30 m²
- 146,00 m²
- 150,00 m²
- 160,00 m²

12. Em uma empresa, todos os funcionários que trabalham no setor de logística são pontuais. Sabe-se que:

- João trabalha na empresa.
- João é pontual.
- Nem todos os funcionários pontuais trabalham na logística.

Com base nas informações acima, é correto afirmar que:

- João trabalha no setor de logística.
- João não trabalha no setor de logística.
- João pode ou não trabalhar no setor de logística.
- Todos os funcionários pontuais trabalham no setor de logística.
- Nenhum funcionário pontual trabalha fora do setor de logística.

13. Um vendedor vendeu dois tipos de produtos: A e B. Cada unidade do produto A custa R\$ 5,00 e cada unidade do produto B custa R\$ 8,00. No final do dia, ele vendeu um total de 20 unidades e arrecadou R\$ 124,00. Quantas unidades de cada produto foram vendidas?

- 8 unidades de A e 12 de B
- 10 unidades de A e 10 de B
- 12 unidades de A e 8 de B
- 14 unidades de A e 6 de B
- 16 unidades de A e 4 de B

14. Quantos anagramas da palavra CAMARADA começam pela letra “C”?

- 120
- 210
- 420



- d) 1680
e) 40320

15. As relações de pertinência; Inclusão e igualdade; Operações entre conjuntos, união, interseção e diferença. Em uma escola, 40 alunos gostam de matemática, 30 gostam de português e 15 gostam de ambas as disciplinas. Quantos alunos gostam apenas de uma das duas disciplinas?

- a) 30
b) 25
c) 40
d) 45
e) 55

CONHECIMENTOS GERAIS

16. Durante o período colonial, o Recôncavo Baiano destacou-se como uma das regiões mais ricas e produtivas da colônia portuguesa. Sua economia estava fortemente ligada ao cultivo da cana-de-açúcar e ao comércio atlântico. Sobre a importância histórica do Recôncavo Baiano, assinale a alternativa correta:

- a) O Recôncavo Baiano foi uma região voltada exclusivamente à mineração, destacando-se pela extração de ouro e diamantes.
b) A economia do Recôncavo baseava-se na produção de cana-de-açúcar, utilizando o trabalho escravizado africano e garantindo à Bahia posição de destaque na economia colonial.
c) O Recôncavo teve pouca relevância econômica, sendo uma região isolada do comércio colonial e das atividades portuárias de Salvador.
d) A produção açucareira do Recôncavo era destinada principalmente ao consumo interno da colônia, sem relação com o comércio externo.
e) A região do Recôncavo Baiano foi criada apenas após a Independência da Bahia, como parte das reformas territoriais do Império.

17. De acordo com o Art. 105 da Lei Orgânica do Município de Santa Inês, assinale a alternativa correta quanto aos tributos municipais:

- a) Os tributos municipais compreendem apenas os impostos instituídos por lei estadual, desde que aprovados pela Câmara Municipal.
b) As contribuições de melhoria e de iluminação pública não são consideradas tributos municipais, mas tarifas de serviço público.
c) A contribuição para o custeio da iluminação pública é de competência exclusiva da União, não podendo o Município instituí-la.
d) Os municípios somente podem instituir taxas de polícia, sendo vedada a criação de impostos.
e) São tributos municipais os impostos, as taxas e as contribuições de melhoria decorrentes de obras públicas, bem como a contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, instituídos por lei municipal.

18. Nos termos do art. 31 da Constituição Federal de 1988, a fiscalização do Município será exercida pelo Poder Legislativo Municipal, mediante controle externo, e pelos sistemas de controle interno do Poder Executivo Municipal. Com base nesse dispositivo e seus parágrafos, analise as assertivas abaixo:

I. A fiscalização do Município é exercida pelo Poder Legislativo Municipal, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados ou dos Municípios que já existiam à época da promulgação da Constituição.

II. O parecer prévio sobre as contas do Prefeito só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

III. As contas municipais devem ficar à disposição de qualquer contribuinte para exame e apreciação pelo prazo de sessenta dias anuais.

IV. É vedada a criação de novos Tribunais, Conselhos ou órgãos de Contas municipais após a promulgação da Constituição de 1988.

Assinale a alternativa correta:

- a) Apenas I e II estão corretas.
b) Apenas I, II e III estão corretas.
c) Apenas II, III e IV estão corretas.
d) Todas as assertivas estão corretas.
e) Apenas I e IV estão corretas.

19. “Um _____ é um tipo de software malicioso que se instala em um dispositivo sem o consentimento do usuário, com o objetivo de coletar informações pessoais e confidenciais, como hábitos de navegação, senhas, dados bancários e informações de cartão de crédito, transmitindo-as a terceiros de forma oculta.”

Assinale a alternativa que completa corretamente a lacuna.

- a) Spyware.
b) Trojan.
c) Rootkit.
d) Ransomware.
e) Phishing.

20. Nos últimos anos, o mundo registrou recordes históricos de calor, incêndios florestais intensos em países da Europa e da América do Sul e secas severas em várias regiões do Brasil. Tais eventos reforçaram o alerta sobre os efeitos das mudanças climáticas e a necessidade de políticas ambientais mais rigorosas. Diante desse cenário, assinale a alternativa correta.

- a) As mudanças climáticas decorrem apenas de variações naturais do clima e não têm relação com atividades humanas.
b) A crise climática é um fenômeno restrito aos países desenvolvidos, sem impacto direto sobre o Brasil.
c) A Convenção do Clima de Paris (2015) deixou de existir em 2020, não tendo mais validade jurídica.
d) O aumento das temperaturas médias globais está associado principalmente à emissão de gases de efeito estufa, como o dióxido de carbono (CO₂).
e) O Brasil não participa de fóruns internacionais sobre meio ambiente e clima desde 2023.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Durante a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de determinado ente federativo, constatou-se que o Anexo de Metas Fiscais não apresentava comparativo entre as metas fixadas nos três exercícios anteriores e as realizadas. A autoridade responsável sustentou que tal informação é meramente acessória e que sua ausência não comprometeria a regularidade da peça, desde que as metas futuras tivessem sido informadas. À luz da LRF, assinale a alternativa correta.



- a) A ausência é irrelevante, pois o comparativo entre metas passadas e realizadas não integra o conteúdo obrigatório da LDO.
- b) A irregularidade é sanável, pois o comparativo é exigido apenas nos casos de revisão do PPA.
- c) A ausência viola a LRF, pois o Anexo de Metas Fiscais deve conter metas anuais e os resultados dos três exercícios anteriores, comparando-os com as metas originalmente fixadas.
- d) A ausência não impede a aprovação legislativa da LDO, desde que justificada por relatório técnico-financeiro da Secretaria de Fazenda.
- e) A exigência somente se aplica aos Estados, não alcançando Municípios de pequeno porte.

22. Um Município ultrapassou o limite máximo de despesa com pessoal previsto no art. 20 da LRF. Após 180 dias da constatação, verificou-se que nenhuma medida de recondução foi adotada. Nos termos da legislação, qual consequência imediata se impõe ao ente federativo?

- a) Suspensão das transferências voluntárias, contratação de operações de crédito e recebimento de amortização de dívida.
- b) Apenas a suspensão de novas contratações, preservadas as transferências voluntárias e operações de crédito.
- c) Vedação de receber transferências voluntárias, contratar operações de crédito e obter garantia, exceto nas destinadas ao refinanciamento da dívida mobiliária.
- d) Perda automática do mandato do chefe do Executivo por infração administrativa.
- e) Bloqueio total das contas municipais até a recondução do percentual ao limite.

23. Um projeto de lei municipal pretende conceder isenção tributária para microempreendedores, estimando impacto financeiro apenas para o exercício corrente, sem compensação correspondente. Há parecer jurídico afirmando que, sendo política pública de incentivo econômico, não exige demonstração de compensação nos exercícios seguintes. Com base na LRF, assinale a alternativa correta.

- a) Não há irregularidade, pois a renúncia condicionada ao exercício corrente independe de compensação.
- b) A renúncia é válida, desde que aprovada conjuntamente com a LDO do exercício.
- c) A renúncia somente é válida se acompanhada de estimativa de impacto para dois exercícios seguintes e demonstração de compensação, conforme art. 14 da LRF.
- d) A renúncia é válida se a compensação for apresentada até a publicação da LOA.
- e) A renúncia depende apenas de previsão no PPA, sendo facultativa a estimativa de impacto.

24. Determinada prefeitura, após ter ultrapassado o limite de endividamento fixado pelo Senado Federal, pretende contratar operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) para cobrir déficit temporário de caixa. Segundo a LRF, tal operação:

- a) É permitida, desde que garantida pela receita de capital.
- b) É vedada, pois antes que excedem limites de endividamento não podem contratar ARO.
- c) É permitida apenas se o déficit decorrer de frustração de receita tributária.
- d) É permitida mediante autorização da Câmara Municipal e garantia de terceiro.
- e) É vedada apenas nos três últimos meses do mandato.

25. Durante o encerramento do exercício, a Controladoria Geral do Município verificou que diversas despesas empenhadas estavam sem liquidação e sem disponibilidade financeira suficiente, mas a secretaria requisitou que fossem inscritas em restos a pagar não processados. À luz da LRF:

- a) A inscrição é possível, desde que haja previsão no cronograma de execução mensal de desembolso.
- b) A inscrição é autorizada, pois a liquidação da despesa pode ocorrer no exercício seguinte.
- c) A inscrição é vedada, pois restos a pagar não processados só podem ser inscritos se houver disponibilidade financeira para sua cobertura.
- d) A inscrição é válida apenas para despesas obrigatórias de caráter continuado.
- e) A inscrição é possível se houver previsão na LOA, independentemente da liquidação.

26. Durante auditoria em um Município, verificou-se que determinada despesa destinada à aquisição mensal de medicamentos para abastecimento contínuo dos postos de saúde foi empenhada como “global”. A justificativa da secretaria foi que o valor total do contrato já era conhecido, sendo desnecessária outra modalidade. De acordo com a Lei 4.320/64, o procedimento adotado está:

- a) Correto, pois o empenho global é o mais indicado para despesas de prestação continuada.
- b) Incorreto, pois deveria ter sido utilizado o empenho por estimativa, próprio para despesas cujo montante não é previamente conhecido.
- c) Correto, pois despesas com aquisição mensal de bens de consumo sempre se enquadram como empenho registrado estimativamente.
- d) Incorreto, pois o correto seria o empenho ordinário, utilizado para despesas de valor previamente definido e execução integral imediata.
- e) Incorreto, pois despesas mensais de fornecimento parcelado devem ser obrigatoriamente liquidadas antes do empenho.

27. No encerramento do exercício, uma secretaria solicitou que todas as despesas empenhadas fossem inscritas em restos a pagar, ainda que sem liquidação ou entrega do objeto contratado. À luz da Lei 4.320/64, assinale a alternativa correta.

- a) A inscrição é livre, bastando que exista empenho regularmente emitido.
- b) Só podem ser inscritos restos a pagar processados, pois os não processados são vedados em regra geral.
- c) Podem ser inscritos restos a pagar não processados, desde que a despesa esteja devidamente empenhada e ainda não tenha sido liquidada até 31 de dezembro.
- d) A inscrição é possível apenas mediante autorização legislativa específica para cada órgão.
- e) Restos a pagar somente podem ser inscritos para despesas de capital.

28. Em relatório apresentado ao Tribunal de Contas, um gestor afirmou que a “arrecadação” é o estágio da receita que corresponde ao momento de reconhecimento da obrigação tributária pelo contribuinte. À luz da Lei 4.320/64, tal afirmação é:

- a) Correta, pois a arrecadação ocorre com o reconhecimento formal do tributo devido.



- b) Correta, pois a arrecadação é o momento em que o crédito tributário é constituído e registrado.
- c) Incorreta, pois o reconhecimento da obrigação corresponde ao estágio do lançamento, e não da arrecadação.
- d) Incorreta, pois a arrecadação ocorre antes do lançamento, constituindo-se em fase preparatória.
- e) Correta, pois arrecadar significa registrar o crédito tributário antes do ingresso financeiro.

29. Analise a situação: determinada secretaria liquidou uma despesa com base apenas no contrato e na nota de empenho, sem qualquer comprovação de entrega de bens ou prestação de serviços. Segundo a Lei 4.320/64, tal ato:

- a) É regular, pois a liquidação ocorre antes da comprovação da entrega.
- b) É irregular, pois a liquidação exige a verificação do direito adquirido pelo credor com base em documentos como notas fiscais e recibos.
- c) É regular para despesas de pequeno valor, cuja entrega é presumida.
- d) É regular se o contrato prever pagamento antecipado.
- e) É irregular apenas se a despesa for de capital.

30. Durante a execução orçamentária, uma prefeitura verificou que determinada despesa urgente e imprevisível - decorrente de fortes chuvas - não estava contemplada na LOA. Declarou-se estado de calamidade pública e abriu-se crédito adicional. Nos termos da Lei 4.320/64, tal crédito é classificado como:

- a) Especial, pois decorre de evento imprevisível.
- b) Suplementar, pois reforça dotações já existentes.
- c) Extraordinário, aplicável apenas aos casos de guerra e comoção grave, não a desastres naturais.
- d) Extraordinário, por tratar-se de despesas urgentes e imprevisíveis decorrentes de calamidade pública.
- e) Especial, desde que autorizado por decreto do Executivo.

31. A Contabilidade Aplicada ao Setor Público (CASP) passou por reformas estruturais com o advento das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Diante desse contexto, assinale a alternativa que melhor reflete seu campo de atuação.

- a) A CASP limita-se ao registro da execução do orçamento anual, sendo vedado registrar variações patrimoniais independentes do orçamento.
- b) A CASP abrange o registro, controle e evidenciação dos atos e fatos administrativos que afetam o patrimônio público, ainda que não impliquem movimentação orçamentária.
- c) A CASP atua exclusivamente sobre fatos que geram receita ou despesa orçamentária, excluindo atos administrativos de efeitos futuros.
- d) A CASP tem como função principal a apuração do resultado fiscal, não se preocupando com informações de natureza patrimonial.
- e) A CASP é restrita ao controle da dívida pública e ao acompanhamento das transferências intergovernamentais.

32. O registro de dotações iniciais, créditos adicionais e empenhos é feito no âmbito de qual sistema contábil público?

- a) Sistema Financeiro, que registra ingressos e saídas de numerário.
- b) Sistema Orçamentário, que registra atos e fatos relacionados ao planejamento e execução do orçamento público.

- c) Sistema Patrimonial, que evidencia a variação dos elementos ativos e passivos.
- d) Sistema de Compensação, que registra atos potenciais e contingenciais.
- e) Sistema de Controle Interno, que centraliza a execução orçamentária.

33. Considere a situação: determinado Estado recebeu receita tributária no agente arrecadador e registrou o ingresso, porém o recurso ainda não foi recolhido à Conta Única do Tesouro. Nos sistemas contábeis, esse evento deve ser reconhecido em qual sistema?

- a) Sistema Patrimonial, pois houve variação quantitativa do patrimônio líquido.
- b) Sistema Orçamentário, pois a receita já está disponível para execução.
- c) Sistema Financeiro, pois envolve movimentação de disponibilidades, ainda que parciais, no agente arrecadador.
- d) Sistema de Compensação, por se tratar de ato potencial.
- e) Sistema Orçamentário e Patrimonial simultaneamente, pois toda receita passa pelos dois sistemas antes do recolhimento.

34. A Administração Pública firmou contrato de aquisição de máquinas para entrega futura, com pagamento apenas após o recebimento. No momento da assinatura do contrato, qual sistema é acionado?

- a) Sistema Orçamentário, com registro imediato da despesa liquidada.
- b) Sistema Patrimonial, pois a assinatura do contrato já constitui obrigação exigível.
- c) Sistema de Compensação, pois o ato gera compromisso futuro, sem efeito imediato sobre o patrimônio público.
- d) Sistema Financeiro, devido à previsão de desembolso financeiro.
- e) Sistema Patrimonial, mediante reconhecimento de ativo em construção.

35. Uma prefeitura celebrou contrato de concessão administrativa, prevendo contraprestações anuais condicionadas à disponibilidade orçamentária futura e ao cumprimento de indicadores de desempenho pelo particular. No momento da assinatura, qual é o registro correto?

- a) Sistema Orçamentário, pois a obrigação é compatível com o orçamento plurianual.
- b) Sistema Patrimonial, com reconhecimento de passivo contingente.
- c) Sistema de Compensação, que registra atos administrativos que não afetam de imediato o patrimônio, mas podem vir a produzi-lo.
- d) Sistema Financeiro, pois envolve fluxos futuros de pagamentos.
- e) Sistema Patrimonial, mediante constituição de obrigação exigível.

36. A Constituição Federal estabelece que o planejamento das ações governamentais é determinante para o setor público e orientador para o setor privado, cabendo ao Estado exercer funções de fiscalização, incentivo e planejamento. Considerando os arts. 174 a 176 da CF/88, assinale a alternativa correta.

- a) O Plano Plurianual é elaborado pela União, mas sua execução depende de aprovação conjunta dos Estados e Municípios, conforme diretrizes da política nacional de desenvolvimento.



- b) A lei que institui o Plano Plurianual deve estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas, abrangendo despesas de capital e delas decorrentes, bem como despesas correntes de caráter continuado.
- c) As diretrizes orçamentárias, previstas no art. 176, estabelecem apenas as metas fiscais anuais, não podendo tratar de alterações tributárias.
- d) O orçamento anual tem a função de fixar metas governamentais para médio e longo prazo, sendo considerado instrumento de planejamento estratégico previsto no art. 175 da Constituição.
- e) A atividade de planejamento estatal é vinculante para o setor privado, obrigando empresas privadas a seguirem metas e prazos definidos no Plano Plurianual.

37. Um Município firmou contrato de permissão de uso de espaço público por empresa privada para exploração comercial, com obrigação de investimentos estruturais no local durante o período de vigência. Segundo as NBC TSP, o reconhecimento contábil desse investimento realizado pela empresa deve ocorrer:

- a) Como receita orçamentária no momento da assinatura, pois se trata de vantagem econômica ao ente público.
- b) Como variação patrimonial aumentativa no sistema patrimonial, quando houver transferência de controle operacional ou de propriedade para o ente público.
- c) Como lançamento no sistema de compensação, por ser apenas ato potencial.
- d) Como despesa orçamentária indireta, reconhecida como obrigação do ente público.
- e) Como ativo financeiro, reconhecido no sistema financeiro até a finalização do contrato.

38. Segundo as normas vigentes, um Estado reconheceu como receita apenas os tributos efetivamente arrecadados no exercício, deixando de registrar créditos tributários constituídos por lançamento, sob a justificativa de que tais valores não representam ingresso financeiro imediato. De acordo com as NBC TSP, tal prática:

- a) Está correta, pois a NBC TSP adota regime de caixa para o setor público em relação às receitas.
- b) Está correta, pois receitas sem ingresso imediato de caixa não podem ser reconhecidas como acréscimos patrimoniais.
- c) Está incorreta, pois a NBC TSP determina que receitas sejam reconhecidas pelo regime de competência, independentemente do ingresso financeiro.
- d) Está correta apenas para tributos diretos, que dependem de disponibilidade financeira efetiva para reconhecimento.
- e) Está incorreta apenas se houver previsão expressa na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

39. Durante situação emergencial provocada por fortes chuvas, um Município realizou contratação direta para aquisição de kits alimentares destinados às famílias desalojadas. Posteriormente, foi identificado que a prefeitura utilizou a dispensa de licitação para adquirir, no mesmo procedimento, equipamentos de informática destinados ao setor administrativo. À luz da Lei nº 14.133/2021, a conduta é:

- a) Regular, pois em calamidade pública qualquer aquisição é autorizada por dispensa emergencial.
- b) Irregular, pois a dispensa emergencial limita-se aos bens e serviços necessários ao atendimento da situação emergencial, vedada a inclusão de objetos estranhos à necessidade urgente.

- c) Regular, desde que ambos os objetos pertençam à mesma secretaria gestora.
- d) Regular, se o valor total da contratação estiver abaixo do limite de dispensa por valor previsto na lei.
- e) Irregular apenas se o contrato tiver vigência superior a 180 dias.

40. Em processo licitatório do tipo menor preço, a Administração decidiu inverter a ordem das fases, realizando primeiro o julgamento das propostas e apenas depois a habilitação do licitante provisoriamente vencedor, justificando-se na busca de maior celeridade. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a decisão:

- a) É irregular, pois a lei mantém obrigatoriamente a habilitação como fase antecedente ao julgamento.
- b) É irregular, pois a inversão é admitida apenas no pregão e na concorrência.
- c) É regular, pois a nova lei permite que a Administração adote a inversão de fases como regra geral, salvo justificativa em contrário.
- d) É regular apenas quando a licitação for para contratação de serviços comuns de engenharia.
- e) É irregular, salvo autorização expressa constante da Lei Orçamentária Anual.

